

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado das 60 (sessenta) questões objetivas divididas nas seguintes sessões:

Língua Portuguesa		Conhecimentos de Informática		Direito Administrativo		Direito Constitucional		Legislação		Conhecimentos Específicos	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 10	2	11 a 16	1	17 a 22	1	23 a 28	1	29 a 34	1	35 a 60	3

b) Uma (1) Folha de Respostas, destinada às respostas das questões objetivas formuladas nas provas, a ser entregue ao fiscal ao término da prova.

02- **É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A CONFERÊNCIA DO NÚMERO DO CADERNO DE PROVA NO CARTÃO RESPOSTA.** Caso não sejam compatíveis, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03- Verifique se este material está em ordem (tais como se a sequência de páginas está correta e se o número de questões confere com o quadro da alínea "a" do item 1) e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na confirmação de inscrição. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

04- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas, preferivelmente à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

05- Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não a **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. A folha somente poderá ser substituída caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior – **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06- Na Prova Objetiva, as questões são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.

07- Na Folha de Respostas, as mesmas estão identificadas pelo mesmo número e as alternativas estão identificadas acima da questão de cada bloco de respostas.

08- Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação de nenhuma, de mais de uma alternativa ou da rasura de qualquer natureza (borracha, corretivo, etc) anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA**.

09- Na **Folha de Respostas**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **TODO O ESPAÇO** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar menos "espaços em branco" possível dentro do retângulo, sem invadir os limites dos retângulos ao lado.

10- Ao candidato somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva ao final do horário previsto para o término da prova, conforme alínea "c" do item 9.15. Será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos na folha de respostas da prova objetiva, conforme item 9.15, alínea "d", do edital.

11- **SERÁ ELIMINADO** do Concurso o candidato que:

a) Se utilizar ou portar, durante a realização das provas, de armas, máquinas, relógios e/ou aparelhos de calcular, bem como rádios gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie, que seja na sala de prova ou nas dependências do seu local de prova;

b) Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões e/ou a Folha de Resposta**;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais para a sua realização;

d) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova.

12- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar sua **Folha de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO CONSIDERADOS**.

13- Quando terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

14- **O TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA E DA REDAÇÃO É DE QUATRO (4) HORAS**.

15- Por motivo de segurança, a FUNRIO solicita que o candidato transcreva em letra cursiva, no espaço próprio da Folha de Respostas, a frase abaixo apresentada.

"Tudo neste mundo tem uma resposta. O que leva é tempo para se formular as perguntas."

(José Saramago)

*** Língua Portuguesa *****Questão 1**

Se é verdade que a coesão não constitui condição necessária nem suficiente para que um texto seja um texto, não é menos verdade, também, que o uso de elementos coesivos dá ao texto maior legibilidade, explicitando os tipos de relações estabelecidas entre os elementos linguísticos que o compõem. (Ingedore Koch, *A Coesão Textual*, 2002)

A opção que mostra o uso coerente de elementos coesivos como forma de dar maior legibilidade ao trecho é

- A) Tudo estava em seu lugar: rosas, talheres e paralelepípedos. Entrei no quartel, mas fiquei no meio da rua.
- B) Uma andorinha só não faz verão, embora os estudantes saibam muito bem o que vai cair no vestibular.
- C) Toda a cidade amanheceu em flor. Então, os namorados se entusiasma, porque a primavera é a estação do amor.
- D) Quando você me ouvir cantar, faça de conta que dois e dois são quatro, ou seja, as calçadas precisam ser varridas.
- E) A tarde está bonita, pois ontem encontrei sua irmã na praia. Não gosto de ir à praia. Lá passam muitos jogos divertidos.

Questão 2

A coerência textual se constrói de muitas maneiras. Uma delas é aquela que respeita as leis da sucessividade dos eventos ou apresenta uma compatibilidade entre os enunciados do texto, do ponto de vista da localização no tempo. Nesse caso, temos o que se chama de coerência temporal.

Qual dos trechos abaixo apresenta incoerência, pois os enunciados são incompatíveis do ponto de vista da temporalização?

- A) Quando a professora entrou, o menino já tinha posto o sapo na bolsa de seu colega e estava sentado tranquilamente no seu lugar. A mestra pegou-o em flagrante, bem no instante em que ele colocava o sapo na bolsa do colega.
- B) Antes do jogo, a torcida cantou músicas que saudavam o seu time. Com a derrota por goleada, o coro da arquibancada só servia para execrar os jogadores e os dirigentes – responsabilizados por mais aquele fracasso.
- C) Enquanto alguns povos se vangloriam dos feitos de seus antepassados e não se preparam para o futuro, aos povos que não têm grande tradição só resta buscar a organização de sua sociedade.
- D) A moça escolheu minuciosamente os grãos de feijão e de arroz e só depois disso colocou-os na panela e no fogo, pois sabia que no dia seguinte não teria tempo para fazer esse serviço.
- E) Durante o temporal que caiu na semana passada na cidade onde eu nasci, vi muita gente comprando guarda-chuvas e capas protetoras, pois tudo aconteceu muito repentinamente.

Questão 3

A revista da TV informa:

O seriado “Lost”, que vem atingindo grande sucesso em todo o mundo, conta a história de um grupo de sobreviventes de um acidente aéreo ocorrido em algum lugar do Oceano Pacífico. A ilha onde se passa a ação é cheia de mistérios, e a série tem um estilo original, que segue dois tipos de histórias não ligadas entre si: primeiro, a luta pela sobrevivência na ilha e, segundo, a vida dos personagens principais antes e depois do desastre.

A segunda frase do parágrafo acima começa com o substantivo “ilha”, uma expressão referencial nova no texto, mas que surge como se fosse conhecida. Isso acontece porque esse substantivo

- A) está ancorado cognitivamente na expressão nominal antecedente “acidente aéreo no Oceano Pacífico”.
- B) é sempre parte integrante da abertura do seriado, que mostra o avião caindo perto de uma ilha deserta.
- C) mantém um valor semântico naturalmente associável à ideia de aventura e tramas ficcionais.
- D) pressupõe que todo leitor do texto tem conhecimento prévio de que a história se passa numa ilha perdida.
- E) indica uma referência indireta a muitas obras cinematográficas que se valeram da situação de naufrágios.

Questão 4

Na nomenclatura gramatical, “regência”, em sentido amplo, equivale a subordinação em geral. Em sentido restrito, e mais habitual, designa a subordinação peculiar de certas estruturas a palavras que as requerem ou preveem na sua significação ou em seus traços semânticos. (Antenor Nascentes, “Dicionário de Regência Verbal”, 1998)

Identifique a alternativa que contém uma regência apontada como INADEQUADA segundo as normas da língua padrão.

- A) Trouxemos-lhe alguns lindos docinhos preparados com todo o carinho por tia Anastácia.
- B) Muitos eleitores custaram a acreditar que ele seria novamente candidato a prefeito de São Paulo.
- C) Geralmente as pessoas sensatas preferem ficar em casa à noite a sair desacompanhadas.
- D) Os servidores que moram nas ruas citadas pela Defesa Civil devem desocupar suas casas.
- E) Ninguém queria responder pelo expediente da firma naquele fim de semana natalino.

Questão 5

Estávamos atrasados para o casamento, o carro ia em alta velocidade pela estrada, mas precisava diminuir toda hora diante de sucessivos quebra-molas espalhados na entrada e na saída daquelas incontáveis cidadezinhas paradas no tempo, geralmente não se via ninguém em suas ruas. (Trecho de uma redação escolar)

Dependendo do tipo e do gênero de texto que se tem em mente, o tamanho e o formato de uma frase podem ser motivo de elogio ou de crítica. O parágrafo acima serve como exemplo de frase longa, escrita com a exclusividade de estruturas coordenadas. Essa frase, porém, poderia ser reestruturada de modo coerente combinando-se orações coordenadas e subordinadas, como se vê na seguinte alternativa:

- A) O carro ia em alta velocidade pela estrada porque estávamos atrasados para o casamento, embora precisasse diminuir toda hora diante de sucessivos quebra-molas espalhados na entrada e na saída daquelas incontáveis cidadezinhas paradas no tempo, que geralmente não tinham ninguém em suas ruas.
- B) Porquanto estivéssemos atrasados para o casamento, e o carro fosse em alta velocidade pela estrada, precisávamos diminuir toda hora diante de sucessivos quebra-molas espalhados na entrada e na saída daquelas incontáveis cidadezinhas paradas no tempo, quando geralmente não se via ninguém em suas ruas.
- C) O carro ia em alta velocidade pela estrada; todavia, precisava diminuir toda hora diante de sucessivos quebra-molas espalhados na entrada e na saída daquelas incontáveis cidadezinhas paradas no tempo, pois geralmente não se via ninguém em suas ruas e estávamos atrasados para o casamento.
- D) Estávamos atrasados para o casamento e, por isso, o carro ia em alta velocidade pela estrada, mas precisava diminuir toda hora diante de sucessivos quebra-molas que se espalhavam na entrada e na saída daquelas incontáveis cidadezinhas paradas no tempo, onde geralmente não se via ninguém em suas ruas.
- E) Como estávamos atrasados para o casamento, o carro ia em alta velocidade pela estrada, mas precisava diminuir toda hora diante de sucessivos quebra-molas espalhados na entrada e na saída daquelas incontáveis cidadezinhas paradas no tempo, em cujas ruas geralmente não se via ninguém.

Questão 6

Quaisquer elementos da frase, quando coordenados entre si, devem apresentar estrutura gramatical similar – a isso se chama paralelismo sintático. Esse princípio está respeitado na seguinte alternativa:

- A) Os empregados daquela firma planejam nova manifestação pública e interditar o acesso pelo viaduto principal da cidade.
- B) Mande-me tudo que conseguir sobre as manobras de minha tia e se meu tio encontrou os documentos que procurava.
- C) O tumulto começava na esquina de minha rua e que era perto dos gabinetes do ministro e do secretário.
- D) Tenho o hábito de sempre carregar meus óculos escuros, por precaução e porque nunca se sabe se vai abrir o sol.
- E) Durante a reunião, os debates não só foram proveitosos como também apontaram para soluções interessantes.

Questão 7

A única opção em que todas as palavras contêm hiato é

- A) aguardente – historiador – impõem – realidade.
- B) desmiolado – incoerente – proibido – seriedade.
- C) açai – alaúde – caraminguás – destruímos.
- D) lambari – minhoca – numeroso – polidez.
- E) enxaguei – paraguaio – piauisense – saguão.

Questão 8

Hora e tanto já, e nada de peixe. Mas o gostoso era ficar assim na canoa, pensando na vida, imaginando coisas. Passada aquela eleição, ia sossegar. A política matava, acabava com a pessoa. Depois que se metera nela, nunca mais pudera ter uma semana de descanso. Escravo dos outros, do partido, do eleitorado. E os adversários não dormiam, os concorrentes vigiavam. Todos os dias, uma notícia má, nomeações que não saíam, chefes do interior que ameaçavam romper por causa de pedidos impossíveis... E ter de mentir, de prometer...

– Doutor, doutor... agora é a peixa... é a peixa, sim... engasgava o Gerônimo. Ferra, doutor, ferra!
(Mário Palmério: “Vila dos Confins”, 2003)

Na fala de Gerônimo se encontra a palavra “peixa”, uma forma popular de flexão de gênero. Regularmente, essa flexão ocorre nas seguintes palavras:

- A) gazela, janela e penta.
- B) bolacha, graxa e jumenta.
- C) bailarina, elefanta e tonta.
- D) mostra, poeta e tamanduá.
- E) boneca, mesa e onça.

Questão 9

Os pronomes e locuções pronominais de tratamento têm larga tradição na língua portuguesa e são empregados como expediente linguístico de distinção e de respeito.

Sobre o pronome de tratamento “Vossa Excelência”, é correto afirmar que é empregado para as seguintes autoridades do Poder Legislativo:

- A) Deputados Federais e Senadores; Ministros do Tribunal de Contas da União; Deputados Estaduais, Distritais e Vereadores; Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais; Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais.
- B) Deputados Federais e Senadores; Ministros do Tribunal de Contas da União; Deputados Estaduais, Distritais e Vereadores; Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais; Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais.
- C) Deputados Federais e Senadores; Ministros do Tribunal de Contas da União; Deputados Estaduais; Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais; Representantes Comunitários.
- D) Deputados Federais e Senadores; Ministros do Tribunal de Contas da União; Deputados Estaduais; Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais.
- E) Deputados Federais e Senadores; Ministros do Tribunal de Contas da União; Deputados Estaduais e Distritais; Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais; Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais.

Questão 10

O fecho das comunicações oficiais possui, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, a de saudar o destinatário. Os modelos tradicionais para fecho foram regulados por uma Portaria do Ministério da Justiça, de 1937, que estabelecia quinze padrões. Com o objetivo de simplificá-los e uniformizá-los, o Manual de Redação da Presidência da República, de 2002, estabelece o emprego de apenas

- A) dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: Atenciosamente e Cordialmente.
- B) três fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: Respeitosamente, Atenciosamente e Sem mais.
- C) três fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: Atenciosamente, Cordialmente e Sem mais.
- D) um fecho para todas as modalidades de comunicação oficial: Cordiais saudações.
- E) dois fechos diferentes para todas as modalidades de comunicação oficial: Respeitosamente e Atenciosamente.

*** Conhecimentos de Informática *****Questão 11**

O programa do Windows responsável por reorganizar e otimizar os arquivos que estão no disco, tornando o seu acesso mais eficiente é:

- A) Scandisk.
- B) Desfragmentador de disco.
- C) Limpeza de disco.
- D) Windows Explorer.
- E) Chkdisk.

Questão 12

Considere as afirmativas sobre o Windows XP:

- I. Permite compactar e descompactar arquivos “.ZIP” sem a necessidade de instalar softwares de terceiros.
 - II. Já vem incluído como acessórios os editores de texto “Bloco de Notas” e “Word Pad”.
 - III. Permite ser controlado remotamente, mas é necessária a instalação de softwares de terceiros para a assistência remota.
- Está(ão) correta(s) apenas

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) I.
- D) I e II.
- E) I, II e III.

Questão 13

A opção que apresenta as teclas de atalho para “desfazer” algum erro cometido respectivamente no Word for Windows e BrOffice Write é:

- A) “Ctrl + Z” e “Ctrl + U”
- B) “Ctrl + U” e “Ctrl + D”
- C) “Ctrl + D” e “Ctrl + D”
- D) “Ctrl + Z” e “Ctrl + Z”
- E) “Ctrl + C” e “Ctrl + V”

Questão 14

No Word for Windows clicando em “Arquivo”, “Salvar como...” podemos salvar em diversos Tipos de arquivos diferentes. Marque a única opção que NÃO apresenta um formato válido:

- A) DOC.
- B) TXT.
- C) HTML.
- D) PDF.
- E) DOT.

Questão 15

O serviço da Internet responsável por “traduzir” um nome (por exemplo www.funrio.org.br) em um número IP é:

- A) DHCP.
- B) FTP.
- C) SSL.
- D) URL.
- E) DNS.

Questão 16

Para trafegar informações pela Internet de forma segura, garantindo a integridade e sigilo, devemos fazer uso de:

- A) Criptografia.
- B) Firewall.
- C) Antivírus.
- D) Sniffer.
- E) Antispyware.

*** Conhecimentos de Direito Administrativo *****Questão 17**

Assinale a alternativa correta, quanto à Administração Indireta da União.

- A) A lei da criação da agência reguladora da indústria de petróleo (ANP), como autarquia “sob regime especial”, essa adotará procedimento licitatório simplificado na aquisição de bens e serviços a Petrobras, a ser definido por Decreto do Presidente da República, que segundo Celso Antonio Bandeira de Mello, na obra “Curso de direito administrativo”, tem o propósito de fugir das formas previstas na Lei 8.666/93.
- B) As empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público criadas por iniciativa conjunta do Estado e de particulares, por meio de ações, como a Petrobrás, para desenvolver atividade econômica e serviço Público, segundo o livro “Direito administrativo” de Maria Sylvia Di Pietro, e submete-se as formas previstas na Lei 8.666/93.
- C) Somente por lei poderá ser criada autarquia, enquanto os órgãos públicos da Administração Indireta Federal têm personalidade jurídica própria, podendo ser criados e extintos apenas por decreto do Presidente da República, conforme prescrição constitucional, e submete-se as formas previstas na Lei 8.666/93.
- D) As autarquias públicas são dispensadas de realizar concurso para admissão de seus servidores, apenas para a atividade meio, os quais não se sujeitam ao regime jurídico da Lei 8.112/90.
- E) As sociedades de economia mista são entidades sem fins lucrativos inteiramente sujeitas ao regime jurídico Administrativo Público, segundo o “Curso de direito administrativo” de Celso Antonio Bandeira de Mello, por força da última reforma administrativa e submete-se as formas previstas na Lei 8.666/93.

Questão 18

Os contratos administrativos de obras, serviços e compras, a critério da autoridade competente, em cada caso, previsto em edital de licitação, poderão exigir, as seguintes garantias previstas na Lei 8666/93:

- A) a fiança bancária e a caução em títulos da dívida pública limitados em 10% (dez por cento) do valor do contrato para aquisição de serviços de pequeno vulto, como gêneros alimentícios perecíveis.
- B) o seguro-garantia e a fiança bancária, limitados a até 15% (quinze por cento) do valor do contrato na aquisição de material de informática.
- C) a fiança bancária e a caução em títulos da dívida pública limitados a até 20% (vinte por cento) do valor do contrato na prestação de serviços de limpeza.
- D) a caução em dinheiro e a fiança bancária, limitados em até 10% (dez por cento) do valor do contrato para obras de grande vulto, como a construção de uma rodovia federal.
- E) a caução em títulos da dívida pública e o seguro-garantia, limitados a até 15% (quinze por cento) do valor do contrato na aquisição de material de escritório.

Questão 19

Em relação aos servidores públicos civis da União, consta na Lei 8112/90, que

- I. os cargos públicos são acessíveis a todos brasileiros e estrangeiros residentes no País, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, para provimento em cargo efetivo e, em comissão, respectivamente, de natureza transitória e permanente.
- II. são formas de provimento de cargo público: promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, recondução, reintegração e nomeação.
- III. as universidades federais poderão prover seus cargos com professores estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta lei.
- IV. o servidor, ao entrar em exercício em cargo efetivo, ficará sujeito a estágio probatório e pode ser dispensado por conveniência da Administração, ou por avaliação de desempenho para apuração de sua aptidão e capacidade de iniciativa, inclusive com a demissão do cargo.
- V. os vencimentos dos servidores não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de sentença judicial.

Pode-se dizer que

- A) apenas as afirmativas II, III e V são corretas.
- B) apenas as afirmativas I e III são corretas.
- C) apenas as afirmativas I, II e III são corretas.
- D) apenas as afirmativas I, II, III e V são corretas.
- E) apenas as afirmativas II, IV e V são corretas.

Questão 20

Marque a assertiva correta, no tocante à Lei 8.429/92, sobre quem responde por improbidade administrativa, segundo entendimento de Emerson Garcia, na obra “Improbidade administrativa:

- A) Aplica-se apenas aos servidores públicos a Lei de Improbidade em função de ter o propósito de preservar o erário e o patrimônio público.
- B) Não se aplica a Lei de Improbidade aos partidos políticos em função de que estarem autorizados a receber recursos de origem privada, que não sejam considerados recursos públicos, além de prestar conta à Justiça Eleitoral.
- C) Aplica-se aos Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional, como o CREA e a OAB, o permissivo do art. 1º e 2º. da Lei de Improbidade, em função de que os integrantes das categorias são obrigados a recolher em prol da entidade, que são considerados recursos públicos, ainda que o numerário não seja fisicamente retirado do erário.
- D) Não se aplica a Lei de Improbidade aos sindicatos em função de que estarem autorizados a receber recursos de origem privada, que não sejam considerados recursos públicos, além de prestar conta ao Ministério do Trabalho.
- E) Não se aplica aos Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional, como o CREA e a OAB, o permissivo do art. 1º e 2º. da Lei de Improbidade, em função de serem entidades privadas que recolhem em prol da entidade, considerados recursos privados.

Questão 21

Com relação ao controle judicial do ato administrativo discricionário, segundo conclusão de Celso Antonio Bandeira de Mello no “Curso de direito administrativo”, é correto afirmar que

- A) o controle judicial não é possível, pois o juízo objetivo de conveniência e oportunidade do ato é exclusivo do administrador e não elimina a discricionariedade administrativa, nem pode fazê-lo, pena de agravo à própria lei.
- B) o controle judicial é possível, mas acaba a discricionariedade administrativa e deve fazê-lo sob pena de agravo à própria lei. A perquirição judicial é uma exigência constitucional para observar os limites de significação objetiva da norma legal, chamado controle de legalidade.
- C) o controle judicial é possível quando a administração age compelida por motivos de força maior ou em estado de necessidade, sem o controle do Tribunal de Contas da União.
- D) o controle judicial é possível e não elimina a discricionariedade administrativa, e nem pode fazê-lo, sob pena de agravo à própria lei. A perquirição judicial nunca assistirá ir além dos limites de significação objetiva da norma legal, mas permanece o campo de apreciação meramente subjetiva, exclusivo do administrador e indevassável pelo juiz.
- E) a administração se vincula a lei de ordem pública, não podendo haver o controle judicial, pois juízo objetivo de conveniência e oportunidade do ato é exclusivo do administrador.

Questão 22

O fato multitudinário, provocado por multidão que no afã de lutar por direitos que depreda prédio privado para chamar a atenção das suas legítimas pretensões, nos leva a complexas discussões jurídicas se o Estado deve ser responsabilizado para indenizar o dano. A responsabilidade civil do Estado, disciplinada no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, distingue o dano causado pelos agentes da Administração (servidores) dos danos ocasionados por atos de terceiros. O comando constitucional só abrange a atuação funcional dos servidores públicos e não os atos de terceiros e os fatos de natureza. A respeito desse tema julgue o item correto, tendo como base a interpretação doutrinária de Maria Sylvia Di Pietro (Direito Administrativo):

A) Não se responsabiliza o Estado por atos predatórios de terceiros, nem por fenômenos naturais que causem danos ao particular. Para a indenização destes atos e fatos estranhos a atividade administrativa, observa-se o princípio geral da culpa civil, manifestada pela imprudência, negligência ou imperícia na realização do serviço público, que causou, ou ensejou ao dano. Daí por que, a jurisprudência, tem exigido a prova da culpa da Administração nos casos de depredação por multidões que, superando os serviços públicos existentes, causam danos aos particulares. E, na exigência do elemento subjetivo culpa, não há qualquer afronta ao princípio objetivo da responsabilidade sem culpa, porque o dispositivo constitucional só abrange a atuação funcional dos servidores públicos e não os atos de terceiros e os fatos de natureza. Nesta hipótese, absolutamente, não cabe a indenização pela Fazenda Pública.

B) Em face de prejuízo causado ao particular cabe ao lesado ser indenizado, por qualquer fundamento jurídico, principalmente, pelo regime da imputação do Estado, denominado de risco integral, que submete-se às mesmas regras de responsabilidade civil aplicáveis aos entes privados. Da mesma forma, o servidor público a quem se imputou o dever de indenizar prejuízo causado ao erário, essa obrigação de reparar o dano será estendida aos sucessores, até o limite do valor da herança.

C) Como regra, vigora no Brasil, a teoria subjetiva da responsabilidade civil, assim não se aplica a fatos estranhos a Administração Pública, decorrentes de fatos multitudinários. Da mesma forma, condenado criminalmente o agente ou o movimento social por fato que causou prejuízo a terceiro, a vítima do dano deverá demandar a indenização apenas do servidor, restando de pronto afastada a responsabilidade civil da Administração. Quando demandado regressivamente, o agente público causador do prejuízo responderá de forma objetiva perante a administração pública, mas as sanções civis e penais não poderão ser cumuladas, a fim de se evitar múltipla punição.

D) Nesse caso, a responsabilidade civil do Estado é objetiva pelos fundamentos: a culpa é anônima, não individualizada; o dano não decorreu dos agentes públicos, mas do mau funcionamento ou omissão na prestação do serviço público, a ser provada. Assim, não responde civilmente o Estado, independentemente, se ficar caracterizada a sua omissão, a sua inércia ou a falha na prestação do serviço público. A responsabilidade objetiva, com base no risco administrativo, não admite pesquisa em torno da culpa do particular, para o fim de abrandar ou mesmo excluir a responsabilidade estatal.

E) O Estado responderá se ficar caracterizada a sua omissão, a sua inércia ou a falha na prestação do serviço público. Nesse caso, a responsabilidade civil do Estado não é objetiva, pois o dano não decorreu dos agentes públicos. O mau funcionamento, a omissão na prestação do serviço público tem levado à aplicação da teoria da culpa do serviço público, é a culpa anônima, não individualizada. A culpa do serviço público, demonstrada e provada, é suficiente para justificar a responsabilidade do Estado. Nesse caso, é desnecessário apelar para o risco integral.

*** Conhecimentos de Direito Constitucional *****Questão 23**

Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República ou vacância dos respectivos cargos, por período determinado e com os poderes normais do cargo, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência

A) o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.

B) o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados.

C) o Presidente do Congresso Nacional, o da Câmara dos Deputados, e o do Senado Federal.

D) o Ministro Chefe da Casa Civil, o Presidente da Câmara e o do Supremo Tribunal Federal.

E) o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

Questão 24

A doutrina classifica as gerações de direitos como construção histórica de valores humanos, lenta e gradual, que permitiu à Constituição Federal de 1988 elencá-las no Título dos direitos e garantias fundamentais antes do Título da Organização do Estado, num gesto político de que os homens precedem o Estado. Quanto às prescrições de direitos e garantias admitidos na Constituição Federal e na doutrina, assinale a alternativa correta:

- A) Os direitos constantes do catálogo de direitos individuais e coletivos estão elencados de forma exaustiva, admitindo-se apenas os direitos de segunda geração, como o direito de resistência, na lavra de Michel Temer, na obra “Elementos de direito constitucional”.
- B) Os direitos constantes do catálogo de direitos individuais e coletivos não excluem outros decorrentes do regime político e dos princípios constitucionais que, no entendimento de Paulo Bonavides, na sua obra “Curso de direito constitucional”, classifica o direito à paz, como um direito fundamental de quinta geração.
- C) Os direitos constantes do catálogo de direitos individuais e coletivos não excluem outros decorrentes dos princípios constitucionais que, no entendimento de Paulo Bonavides, na sua obra “Curso de direito constitucional”, classifica o direito de resistência, como um direito fundamental de sexta geração.
- D) O princípio constitucional que asseguram a ampla defesa e contraditório não alcança os litigantes que respondem em processo administrativo disciplinar, tais como a pena de banimento e a pena morte, em caso de guerra declarada, direitos de primeira geração, na lavra de Michel Temer, na obra “Elementos de direito constitucional”.
- E) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, tanto que será concedida extradição ao estrangeiro por crime político, decorrente dos princípios constitucionais como o direito de resistência, no entendimento de Paulo Bonavides, na sua obra “Curso de direito constitucional”, classifica como um direito fundamental de quinta geração.

Questão 25

O direito de propriedade goza de garantia constitucional, mas não tem natureza absoluta, pois tem que cumprir função social. A autoridade Pública competente, no caso de iminente perigo público, poderá usar de propriedade particular, conforme a interpretação da Constituição Federal, desde que

- A) a autoridade Pública competente use móveis e imóveis privados, somente de dia, que independem da intervenção do Poder Judiciário, para atender necessidades urgentes, assegurado ao proprietário indenização ulterior em decorrência do uso.
- B) a autoridade Pública competente use móveis e imóveis privados, a qualquer dia e hora, que independem da intervenção do Poder Judiciário, para atender necessidades urgentes, assegurado ao proprietário indenização ulterior se houver dano em decorrência do uso.
- C) a autoridade Pública competente use móveis e imóveis privados, a qualquer dia e hora com ou sem autorização do proprietário, que assegura o direito a indenização do uso e do dano, de forma obrigatória, dada a função social que a propriedade deve observar.
- D) a autoridade Pública competente use móveis e imóveis privados, a qualquer dia e hora, que independem da intervenção do Poder Judiciário, desapropriado o imóvel em caso de perda total, pagando ao proprietário prévia e justa indenização em dinheiro.
- E) seja declarado o estado de emergência pela autoridade Pública, permitindo a livre circulação de servidores públicos nos prédios particulares, com indenização apenas pelo uso e se houver dano, cabe a desapropriação em decorrência do uso.

Questão 26

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, para o presente e para o futuro que, conforme as prescrições da Constituição Federal.

- I. impõe-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e assim condiciona a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente a estudo prévio de impacto ambiental.
- II. veda a exploração, pelos particulares, dos recursos minerais poluentes, salvo se houver prévia indenização e recuperação do meio ambiente degradado.
- III. a Serra do Mar, a Zona Costeira e o Pantanal Matogrossense são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á na forma e por meio de lei.
- IV. as usinas nucleares deverão ter sua localização definida em Decreto Federal, sem o qual não poderão ser instaladas.
- V. o meio ambiente tem a natureza de bem de uso comum do povo, tanto que incumbe ao Poder Público preservar a diversidade do patrimônio genético do País.

Pode-se dizer que

- A) apenas as afirmativas I, III e V são corretas.
- B) apenas as afirmativas I, II, III e V são corretas.
- C) apenas as afirmativas II, IV e V são corretas.
- D) apenas as afirmativas I, III, IV e V são corretas.
- E) apenas as afirmativas II, III e IV são corretas.

Questão 27

O Presidente da República, no quadro constitucional brasileiro, acumula a chefia de Estado e a chefia de Governo, com as seguintes atribuições constitucionais, segundo Michel Temer, na obra “Elementos de direito constitucional”:

A) como Chefe de Governo: organizar a Administração Federal, nomear e exonerar os Ministros de Estado, dispor por decreto sobre a criação de órgãos públicos, decretar o estado de defesa e o estado de sítio, nomear o Advogado-Geral da República, os Governadores dos antigos Território, como o Amapá, nomear o Presidente do Banco Central, permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional, inclusive que nele permaneçam, e celebrar a paz. Já como Chefe de Estado: nomear embaixadores, nomear uma parte dos Ministros do Tribunal de Contas da União, manter relações com Estados estrangeiros e celebrar tratados internacionais e declarar a guerra, sem autorização do Congresso Nacional.

B) como Chefe de Estado: nomear embaixador para o Estado do Vaticano, nomear o Ministro da Guerra, manter relações com Estados estrangeiros e celebrar tratados internacionais e declarar a guerra, com autorização do Congresso Nacional, permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional, inclusive que nele permaneçam, mandar tropas para manter a paz no Haiti e decretar o estado de defesa e o estado de sítio. Já como Chefe de Governo: nomear e exonerar os Ministros de Estado, dispor por decreto sobre a extinção de órgãos públicos, nomear o Presidente do Banco do Brasil e o Advogado-Geral da União e o Governador do Distrito Federal.

C) como Chefe de Estado: manter relações com Estados estrangeiros e acreditar o corpo diplomático; celebrar tratados internacionais; declarar a guerra e celebrar a paz. Já como Chefe de Governo: exercer a direção superior da Administração Federal, nomear os Ministros de Estado, dispor por decreto sobre a extinção de funções ou cargos públicos vagos, decretar o estado de defesa e o estado de sítio, nomear o Procurador-Geral da República, os Governadores de Território, inclusive uma parte dos Ministros do Tribunal de Contas da União.

D) como Chefe de Governo: organizar a Administração Federal, nomear membros do Conselho da República, exonerar, a qualquer tempo, os diretores das agências reguladoras (autarquias especiais), junto com os Ministros de Estado baixar decreto e portarias para a fiel execução das leis, dispor por decreto sobre a criação de órgãos públicos, nomear os ministros do Supremo Tribunal Federal, nomear o Presidente do Banco Central, acreditar o corpo diplomático estrangeiro, e celebrar a paz. Já como Chefe de Estado: nomear embaixadores, receber autoridades e manter relações com Estados estrangeiros e celebrar tratados internacionais, sem autorização do Congresso Nacional e decretar o estado de defesa e o estado de sítio.

E) como Chefe de Estado: nomear embaixadores, nomear uma parte dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, nomear o Ministro das relações internacionais, manter relações com Estados estrangeiro e celebrar tratados internacionais e declarar a guerra, com autorização do Congresso Nacional. Já como Chefe de Governo: organizar a Administração Federal, nomear e exonerar os Ministros de Estado, dispor por decreto sobre a criação de órgãos públicos, decretar o estado de defesa e o estado de sítio, nomear o Advogado-Geral da União, os Governadores dos antigos Território, nomear na totalidade os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, nomear os diretores do Banco Central e celebrar a paz.

Questão 28

Os chamados “remédios constitucionais”, enquanto direitos e garantias fundamentais, têm a função de integralizar direitos e evitar lesão ou ameaça, se apresenta, em sede constitucional, da seguinte forma:

A) O habeas data é oneroso com custas judiciais e ônus da sucumbência, pois visa assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa jurídica do impetrante, constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter privado, assim como a sua retificação, se incorretas. O ente passivo sempre será o Estado.

B) O mandado de segurança visa à proteção de direito líquido e certo, também amparado por ação popular, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Aplica-se, também, às concessionárias e às permissionárias públicas.

C) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado seja parte, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada boa-fé, com custas judiciais e ônus da sucumbência. O ente passivo sempre será o Estado.

D) Conceder-se-á mandado de injunção para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. O ente passivo sempre será o Estado.

E) Destina-se fundamentalmente o mandado de segurança, à proteção de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Aplica-se, também, às concessionárias públicas.

*** Legislação *****Questão 29**

Levando em consideração as competências do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Decreto n. 6929/2009, é correto afirmar que a

I - realização de estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura socioeconômica e gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais.

II - elaboração e acompanhamento, em conjunto com o Gabinete Civil da Presidência da República, e avaliação do plano plurianual de investimentos e dos orçamentos anuais.

III - viabilização de novas fontes de recursos para os planos de estado.

IV - coordenação da gestão de parcerias público-privadas.

V - coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal, dos territórios, dos estados e dos municípios, de pessoal civil, de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais, bem como das ações de organização e modernização administrativa do Governo Federal.

Estão corretas as afirmativas

- A) I e III.
- B) IV e V.
- C) I e IV.
- D) II e III.
- E) II e V.

Questão 30

Comissão de Ética do Servidor Público, nos termos do Decreto 1171/94, indaga qual a punição que pode ser aplicada, quando constatada conduta passível de punição no âmbito da Comissão?

- A) Censura, com ciência do faltoso do ato da Comissão.
- B) Suspensão até 30 dias.
- C) Suspensão até 90 dias.
- D) Demissão.
- E) Censura com publicação no Diário Oficial, para ciência de todos.

Questão 31

Com relação à Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Decreto n. 6929/2009, é correto afirmar que

- A) não consta da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- B) não possui competência para exercer a supervisão das atividades dos órgãos jurídicos das entidades vinculadas.
- C) constitui em Órgão de Assessoramento do Ministro, não se constituindo em Órgão Setorial da Advocacia-Geral da União.
- D) constitui em Órgão Setorial da Advocacia-Geral da União.
- E) tem competência para exercer a supervisão das atividades dos órgãos jurídicos do Ministério, exceto com relação as entidades vinculadas.

Questão 32

Constitui órgão colegiado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma como disciplina o Decreto 6929/2009 a/o

- A) Secretaria do Patrimônio da União.
- B) Comissão de Financiamentos Externos.
- C) Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais.
- D) Departamento de Incorporação de Imóveis.
- E) Comissão de Logística e Tecnologia da Informação.

Questão 33

Constitui ente vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma do Decreto n. 6929/2009, a/o

- A) Instituto Nacional de Metrologia – Inmetro
- B) Conselho Nacional de Pesquisa – Cnpq
- C) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea
- D) Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP
- E) Empresa Brasileira de Geografia e Estatística – IBGE

Questão 34

Com relação às competências do Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Decreto n. 6929/2009, é correto afirmar:

- A) executar e avaliar a execução dos projetos e atividades do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- B) administrar o patrimônio imobiliário da União, dos Territórios e zelar por sua conservação.
- C) coordenar, consolidar e submeter aos Ministérios, ouvido Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o plano de ação global do Governo.
- D) coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o plano de ação global do Ministério.
- E) supervisionar e avaliar, em conjunto com a Casa Civil, a execução dos projetos e atividades estratégicas do Governo Federal e dos Territórios.

*** Conhecimentos Específicos *****Questão 35**

Na tabela de classificação das áreas do conhecimento do CNPq a Arquivologia e a Biblioteconomias estão subordinadas a:

- A) Teoria da Informação.
- B) Ciências Sociais Aplicadas.
- C) Ciência da Informação.
- D) Comunicação Social.
- E) Engenharia da Informação.

Questão 36

O processo sistematizado de avaliação de serviços em organizações, com tempo e espaços definidos, é denominado

- A) diagnóstico organizacional.
- B) projeto piloto.
- C) planejamento de serviços.
- D) avaliação de resultados.
- E) estudo de uso.

Questão 37

A comunidade em rede se concentra no deslocamento fundamental do modo como as pessoas estão utilizando a tecnologia para interagirem uns com os outros e com as empresas. Uma comunidade em rede é uma forma de aproximação participativa em que os usuários não são apenas consumidores de conteúdos e serviços, mas também atuam como produtores de conteúdo e aplicações, gerando, em rede,

- A) comunidades de práticas.
- B) gestão do conhecimento.
- C) conhecimento tácito.
- D) análise da informação.
- E) inteligência coletiva.

Questão 38

Existem diferentes métodos utilizados para a atividade de prospecção informacional. Aquele que visa minorizar os inconvenientes de outros métodos recorrendo a uma abordagem interativa, a qual facilita a construção de escalas cardinais para o julgamento de valores é o

- A) AHP.
- B) Macbeth.
- C) Exâmenes.
- D) Pattern.
- E) Electre.

Questão 39

As três fases básicas da gestão de documentos são

- A) criação, utilização e seleção.
- B) produção, tramitação e uso.
- C) arquivamento, avaliação e eliminação.
- D) planejamento, organização e recolhimento.
- E) produção, utilização e destinação.

Questão 40

Em arquivística, torna-se evidente que o que define o conceito em questão é a função do documento no contexto e na circunstância em que foi criado, e também a tipologia documental. Um determinado ato administrativo só é concretizado se for veiculado por um dado tipo de documento que seja diplomática e juridicamente válido para tal. Assim, função e tipo, intrinsecamente juntos, propiciam a

- A) espécie do documento.
- B) finalidade do documento.
- C) natureza do documento.
- D) gênero do documento.
- E) idade do documento.

Questão 41

As regras internacionais de Descrição Arquivística (Isad-g) estão organizadas em quantas áreas de informação descritiva?

- A) Seis.
- B) Cinco.
- C) Oito.
- D) Quatro.
- E) Sete.

Questão 42

Na teoria do conceito o elemento que serve para descrever ou identificar uma determinada qualidade do objeto é a

- A) denotação.
- B) predicação.
- C) designação.
- D) característica.
- E) palavra.

Questão 43

Visando auxiliar na normalização e processamento técnico de publicações governamentais, dois trabalhos foram publicados durante a década de 1970, sendo até hoje de grande utilidade para os profissionais da informação: Manual de Normas Mínimas de Editoração para Publicações Oficiais e

- A) Guide to the Official Publications of the Other American Republics III – Brazil.
- B) Catálogo Mensal de Publicações Oficiais.
- C) Cabeçalhos Uniformes para Entidades Coletivas Brasileiras.
- D) Brazilian Serial Documents.
- E) Catálogo Coletivo Nacional.

Questão 44

Indique a ordem correta de utilizar as regras de alfabetação para o arquivamento dos seguintes itens, segundo o método de classificação alfabético:

- 1 - Juliana Andrade de Macedo.
- 2 - Adriana Cristóvão Macieira.
- 3 - Jáder de Albuquerque Maccarty.
- 4 - Janaína de Castro Machado.
- 5 - André Luis de Macedo Junior.

- A) 2 – 5 – 3 – 4 – 1
- B) 3 – 1 – 5 – 4 – 2
- C) 3 – 5 – 1 – 4 – 2
- D) 3 – 1 – 4 – 2 – 5
- E) 2 – 4 – 3 – 1 – 5

Questão 45

Em síntese, o arranjo (que nada mais é do que a classificação no âmbito dos arquivos permanentes) é comandado

- A) pelo funcionamento e pela organização dos arquivos correntes.
- B) pela estrutura e pela organização dos arquivos intermediários.
- C) pela organização e pelos métodos dos arquivos permanentes.
- D) pela estrutura e pelos métodos do ciclo vital.
- E) pela estrutura e pelo funcionamento da administração.

Questão 46

A maior parte das dificuldades suscitadas pela aplicação do princípio do respeito aos fundos decorre da contradição existente entre a natureza do fundo, produto orgânico da atividade do organismo que gerou, e as necessidades da pesquisa, que, por sua vez, é metódica e sistemática. A solução para esses problemas está em reconstituir a continuidade rompida das seriações documentais através

- A) do quadro de arranjo.
- B) do sistema de classificação.
- C) do plano de classificação.
- D) dos instrumentos de pesquisa.
- E) do índice topográfico.

Questão 47

O Instrumento de pesquisa que descreve as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir, ou não, a disposição física dos documentos, se denomina

- A) guia.
- B) catálogo temático.
- C) inventário.
- D) índice.
- E) catálogo onomástico.

Questão 48

Desenvolver uma coleção permanente das mais importantes gravações de música, literatura, entrevistas e assuntos públicos é uma das finalidades de uma

- A) fitoteca.
- B) fonoteca.
- C) discoteca.
- D) hemeroteca.
- E) biblioteca.

Questão 49

Num sistema de recuperação da informação, o índice de revocação é alto, o que significa que, quando o gerente do setor de indexação estabeleceu a política para o tratamento da informação, optou pela

- A) relatividade.
- B) exaustividade.
- C) univocidade.
- D) especificidade.
- E) uniformidade.

Questão 50

As normas produzidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas são registradas no

- A) SINMETRO.
- B) INMETRO.
- C) CONMETRO.
- D) SINORTEC.
- E) CONORTEC.

Questão 51

Na avaliação de fontes de informação na internet, o critério que trata do detalhamento e da completeza das informações fornecidas é a

- A) confiabilidade.
- B) adequação.
- C) facilidade.
- D) consistência.
- E) disponibilidade.

Questão 52

A linguagem cuja proposta é ser um padrão universal, referendado pelo W3C e aberto, voltado para a estrutura de documentos eletrônicos em que conteúdo e descrição compõem um único arquivo, de tipo texto puro e portátil, é a

- A) HTML
- B) URL
- C) ASCII
- D) XML
- E) MDB

Questão 53

A ausência de mecanismos de auditoria e de segurança no momento da criação dos documentos eletrônicos compromete sua

- A) autenticação.
- B) certificação.
- C) autenticidade.
- D) fidedignidade.
- E) integridade.

Questão 54

Temos um documento eletrônico oriundo da digitalização de um documento em papel. Considera-se original o documento

- A) em papel que foi usado para fazer a digitalização.
- B) eletrônico no HD.
- C) em papel impresso a partir do eletrônico.
- D) eletrônico em back-up.
- E) eletrônico e o documento em papel.

Questão 55

Conservar a tecnologia da qual o documento é dependente; eliminar a dependência do documento em relação a uma tecnologia; conservar os programas nos quais o documento foi elaborado são algumas das formas de

- A) conservação da disponibilidade dos documentos.
- B) conservação da inteligibilidade dos documentos.
- C) manutenção da integridade dos documentos.
- D) conservação da acessibilidade dos documentos.
- E) manutenção da estabilidade dos documentos.

Questão 56

Um sistema informatizado desenvolvido para produzir, receber, armazenar, dar acesso e destinar documentos arquivísticos, chama-se

- A) SIGAD.
- B) E-ARQ.
- C) GED.
- D) COLD.
- E) WORM.

Questão 57

Eficiência, complacência, prestimosidade, diversidade e adaptabilidade são características desejáveis em uma interface para

- A) arquivos abertos.
- B) repositórios institucionais.
- C) arquitetura da informação.
- D) auto-arquivamento.
- E) bibliotecas digitais.

Questão 58

Temos, na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, a Nobrade, “Elementos de informação, termo ou código que, presente em unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de documentos”, que é

- A) palavra chave.
- B) índice.
- C) termo de indexação.
- D) termo de referência.
- E) ponto de acesso.

Questão 59

Qual é a Lei que estabelece: “É dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.”?

- A) 8.159.
- B) 8.394.
- C) 7.627.
- D) 6.546.
- E) 8.935.

Questão 60

De acordo com a NBR6320, a forma de entrada correta para referência de uma publicação de autoria do MPOG é

- A) Brasil. MPOG.
- B) Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- C) BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- D) MPOG (Brasil)
- E) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Brasil).